

O ESCOLA SEM PARTIDO COMO EXPRESSÃO DO IDEÁRIO MILITAR

LA ESCUELA SIN PARTIDO COMO EXPRESIÓN DEL IDEARIO MILITAR

THE SCHOOL WITHOUT PARTY AS AN EXPRESSION OF THE MILITARY IDEAL

Michel Goulart da Silva¹

Resumo: Neste artigo discute-se os elementos comuns entre os discursos produzidos por alguns militares e o ideário do movimento Escola Sem Partido. Para tanto, são apresentadas algumas interpretações elaboradas por militares acerca da educação atualmente desenvolvida em escolas e universidades. Ademais, são analisados os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que defendem a censura aos professores nas escolas.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; Conservadorismo; Ideologia.

Resumen: En este artículo discutimos los elementos comunes entre los discursos producidos por algunos militares y la ideología del movimiento Escola Sem Partido. Con este fin, algunas interpretaciones son presentadas por los militares sobre la educación desarrollada actualmente en escuelas y universidades. Además, se analizan los proyectos de ley en curso en el Congreso Nacional que defienden la censura de los maestros en las escuelas.

Palabras-clave: Escola Sem Partido; Conservadurismo; Ideología.

Abstract: In this article we discuss the common elements between the speeches produced by some military and the ideology of the movement Escola Sem Partido. To this end, some interpretations are presented by the military about the education currently developed in schools and universities. In addition, the bills in progress in the National Congress that defend censorship of teachers in schools are analyzed.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; Conservatism; Ideology.

Em outubro de 2018, a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro na disputa à presidência da república colocou-se como auge do recente crescimento da mobilização de setores conservadores no Brasil. Nos últimos anos, retornando às ruas, a direita “demonstrou o inegável crescimento, junto aos setores médios da sociedade brasileira, do ideário reacionário, que coaduna aspectos ultraliberais e tradicionalistas” (DEMIER, 2016, p. 18). Esse processo de crescimento do ideário conservador abarca “várias dimensões e áreas da vida social, no qual a cultura, tomada em um sentido amplo, aparece como espaço fundamental de atuação por parte dos ideólogos e difusores das concepções de mundo do capital” (DEMIER, 2016, p. 22). O crescimento do conservadorismo é visível também em outros aspectos da sociedade, afinal

na política, na economia, nas expressões artísticas, na educação, nas ciências, na saúde, nos esportes, nas relações afetivas e domésticas, enfim, no ramerrão da vida cotidiana, predominam, no país, práticas e visões de mundo profundamente conservadoras (DEMIER, 2016, p. 23).

Possivelmente o Escola Sem Partido é um dos fenômenos mais significativos do conservadorismo que vem crescendo politicamente no Brasil. O movimento se constitui na articulação de diversos segmentos sociais, entre os quais militantes de extrema direita, como o MBL, e setores religiosos,

que visa criar mecanismos de controle contra professores que supostamente fazem doutrinação ideológica nas escolas. Essa censura aos espaços institucionais de ensino teria como objetivo garantir que a educação seja feita de forma neutra, sem que uma corrente ideológica possa se sobrepôr a outras. Em termos práticos, significaria proibir a reflexão crítica nos espaços escolares, moldando crianças e jovens para que não problematizem a realidade em que estão inseridos. Essa preocupação estaria associada ao argumento

de que há uma conspiração de esquerda que chegou ao poder com os governos recentes de presidentes do Partido dos Trabalhadores. Eles teriam chegado ao poder graças a uma mudança da estratégia adotada pela esquerda mundial e a referência para essa mudança seria o pensamento de Antonio Gramsci, que, segundo essa narrativa, recomendaria o fim de um conflito direto e uma lenta infiltração nas instituições (PENNA, 2017, p. 258).

O Escola Sem Partido, por conta da mobilização que vem gerando contra a atuação dos educadores e a liberdade de ensinar, foi objetivo de investigações e reflexões nos últimos anos. Um dos autores mais destacados é o professor Fernando Penna (2016, 2017), que vem realizando um sistemático estudo das ideias defendidas pelo Escola Sem Partido. Outros importantes pesquisadores têm se debruçado sobre o assunto, como Gadotti (2016), Frigotto (2016, 2017) e Ramos (2017). Contudo, não se encontram estudos que discutam a aproximação entre as ideias do Escola Sem Partido e o corpo doutrinário elaborado pelos militares nas últimas décadas, objeto deste ensaio.

O conjunto de ideias expressos pelo Escola Sem Partido em grande medida encontram relação com os discursos de alguns setores militares, expressos principalmente em publicações da editora Biblioteca do Exército (Bibliex), quando fazem um balanço acerca da ditadura e da transição democrática. Embora se considerem vencedores da “guerra” contra as organizações da esquerda, depois da “transição democrática” os militares entendem que continuaram a enfrentar, agora ideologicamente, essa mesma esquerda. Esses subversivos atuam na imprensa, nos governos e no parlamento, buscando vingança e recusando-se a aceitar a “anistia para os dois lados”. Para os militares haveria ainda lutas a serem travadas, dessa vez não no campo de batalhas, mas nas disputas de memória que empreendem contra aqueles que estariam, contemporaneamente, constantemente desqualificando suas ações do passado.

Para esses militares, os “subversivos” do presente estariam novamente tentando tomar o poder, mas agora por formas pacíficas (CASTRO, 2008, p. 133-6). Na avaliação do general Antônio Jorge Corrêa, que foi membro do Conselho de Segurança Nacional,

hoje, não ocorre aquele comunismo burro e sanguinário que combatemos em 1964. Existe, porém, uma variedade de ideologias de mesma raiz ou similares em seus fundamentos, frequentemente camuflados por outras roupagens e aparências que, talvez por isso, não nos preocupemos tanto, embora possam perturbar o até deturpar a mente e a vida dos ingênuos ou desprevenidos (MOTTA, 2003, p. 51).

Outros militares ainda apontam a suposta colaboração da mídia com os antigos opositores dos governos militares. Segundo o Coronel Ustra, notório torturador durante a ditadura e ídolo de Jair Bolsonaro, embora tenham vencido os supostos terroristas, “infelizmente perdemos uma batalha muito significativa – a da comunicação de massa. Os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo, principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão” (MOTTA, 2006, p. 234).

Essas ideias expressas pelos militares aparecem difundidas de diferentes formas, embora melhor sistematizadas em revistas e livros publicados pela Bibliex. Em um desses livros, intitulado *O revisionismo histórico brasileiro* (2008), José Maya Pedrosa apresenta não apenas uma longa polêmica contra a escrita da história por parte do que entende ser de esquerda, como aponta elementos que provariam a existência de uma suposta dominação marxista no ensino.²

No processo de transição, segundo a interpretação de Maya Pedrosa, algumas instituições teriam se tornado espaços de “impregnação ideológica” (PEDROSA, 2008, p. 20-1). Nessa interpretação, bastante similar às ideias dos defensores do Escola Sem Partido, partindo da ideia equivocada da supremacia de uma corrente teórica, a “cultura marxista” teria ficado “poderosas raízes na universidade e nas escolas” (PEDROSA, 2008, p. 107). Essa ação faria parte de uma ação de tomada do poder, não de forma violenta, mas a partir da ocupação de espaços no Estado. Embora a disputa eleitoral das instituições fosse parte desse processo, também seria de fundamental importância a atuação dos *intelectuais orgânicos*, que teriam a tarefa de difundir a ideologia marxista, em especial nos espaços universitários e editoriais (PEDROSA, 2008, p. 22).

Por outro lado, ao atuar como difusor cultural, formando novos profissionais, esses intelectuais orgânicos de esquerda também afetariam os espaços escolares, sendo igualmente responsáveis pela proliferação do marxismo. Questiona-se até mesmo a competência dos profissionais que atuam nas escolas. Segundo os militares,

o magistério dogmático ou ideológico foi ficando mais fácil porque persuadir pessoas ou grupos é tarefa simples e indutiva, enquanto discutir matéria complexa como a história exige conhecimento, competência didática e pedagógica, discernimento, maturidade, leitura, além de ajustamento pessoal ao debate e à discordância (PEDROSA, 2008, p. 126).

Maya Pedrosa não apenas faz a denúncia acerca da suposta infiltração marxista, como desqualifica os profissionais que atuam na docência, ao sugerir que faltaria a eles a competência para o exercício de uma atuação qualificada. Parece que, para Maya Pedrosa, é motivo para desqualificar os professores o fato de estes explanarem em sala de aula conteúdos divergentes daqueles difundidos pelos militares, de onde subentende-se que a versão construída a partir dos relatos dos antigos ditadores e seus aliados seria uma verdade inabalável.

Para contrabalançar esse suposto predomínio do marxismo presente entre os professores, “seria necessário que, ao lado deles, houvesse outros que esclarecessem o passado sob a ótica da história moderna e eclética, evitando-se a voz exclusiva e a doutrinação de jovens na prevalência da visão marxista sobre o mundo” (PEDROSA, 2008, p. 22). Segundo Pedrosa,

não é que se deva limitar a atuação dos professores, mas mostrar ao público as grandes linhas da educação nacional no sentido dos valores democráticos na concepção ocidental e liberal, evitando-se doutrinação política ou ideológica sob a égide de pessoas rancorosas, sem crítica e debate (PEDROSA, 2008, p. 23).

Embora nos currículos escolares a maioria dos autores trabalhados não sejam marxistas, os defensores de uma suposta impregnação dessa compreensão teórica acabam incluindo em sua lista uma diversidade bastante ampla de autores. Maya Pedrosa entende que autores como Marc Bloch e Sérgio

Buarque de Holanda estão entre aqueles que prejudicam a construção do conhecimento.

Outro elemento que também aproxima as ideias dos militares e do Escola Sem Partido é a defesa de uma neutralidade na prática escolar. Segundo os militares,

nem sempre as pessoas adotam a análise cuidadosa e imparcial da história como um biólogo estuda a célula ou um astrônomo, o sistema solar. Parece atitude corriqueira o alinhamento dos humanos aos seus desejos e inclinações pessoais ou coletivas, mais do que à razão fundamentada no estudo isento dos fatos (PEDROSA, 2008, p. 32-3).

Maya Pedrosa parece acreditar na possibilidade de que métodos neutros de pesquisa possam chegar a resultados igualmente neutros. Contudo, essa neutralidade não se sustenta quando Pedrosa faz um balanço da atuação dos militares, em especial quando se refere à ditadura, ao afirmar que “o pensamento salvacionista dos militares os levou a tomar uma posição de guardiões da sociedade, preservando o regime democrático e a ordem institucional” (PEDROSA, 2008, p. 129). Para ele, a oficialidade militar “sempre fora uma das bases para a arrancada do País no sentido do desenvolvimento social, bem como de sua economia autônoma” (PEDROSA, 2008, p. 147).

O conjunto de ideias do movimento Escola Sem Partido tem circulado em diferentes partes do país, principalmente por meio de projetos apresentados em espaços legislativos municipais, estaduais e nacionais. O texto dos projetos se assemelha bastante, sendo muitas vezes até mesmo igual. Pode-se analisar como modelo o Projeto de Lei Nº 193/2016, apresentado no Senado, em cuja justificativa se encontram alguns elementos importantes do que defende o movimento Escola Sem Partido. O projeto de lei parte da constatação de que

é fato notório que professores e autores de materiais didáticos vêm se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes à determinadas correntes políticas e ideológicas para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

Como no livro da Maysa Pedrosa, o movimento Escola Sem Partido se utiliza de uma constatação não comprovada de que os espaços educativos estariam sendo usados para doutrinação dos jovens, enfatizando o tema da “conduta sexual”. Diante dessa realidade, os formuladores do projeto de lei defendem que seria

necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Como proposta concreta apresentada pelo movimento, estaria a proibição de certos temas em sala de aula, limitando “a liberdade de expressão dos docentes em sala de aula, o diálogo franco entre professores e alunos e o pensamento crítico” (FRANCO, 2017, p. 234). Além disso, da mesma forma como apontado no discurso dos militares, o movimento Escola Sem Partido defende como obrigatória a apresentação de uma pluralidade de opiniões e, quando isso não for possível, que se apresente uma análise que seja supostamente neutra. No projeto de lei apresentado ao Senado, afirma-se também que

a doutrinação política e ideológica em sala de aula compromete gravemente a liberdade política do estudante, na medida em que visa a induzi-lo a fazer determinadas escolhas políticas e ideológicas, que beneficiam, direta ou indiretamente as políticas, os

movimentos, as organizações, os governos, os partidos e os candidatos que desfrutam da simpatia do professor.

Percebe-se que nessas passagens do projeto de lei do Escola Sem Partido existem pelo menos três problemas. Primeiro, expressa a preocupação de que o debate sobre gênero e sexualidade em sala de aula poderia levar os jovens a terem uma sexualidade fora da norma estabelecida socialmente. Segundo, enfatiza o fato dos perigos de a escola ensinar algo que entre em choque com a educação de casa, numa estranha perspectiva de que a escola deveria ser um braço do lar e não espaço de discussão acerca de conhecimentos científicos. Terceiro, menospreza as escolhas e a própria inteligência dos jovens, ao entender que a mera tomada de contato com certas informações históricas ou filosofias os fará automaticamente aderir a movimentos sociais e políticos.

Nessa compreensão, seja a dos militares, seja a do movimento Escola Sem Partido, subjaz uma preocupação de que possam estar sendo difundidas no ambiente escolar ideologias que eles consideram perigosas. Contudo, esse raciocínio parte de uma compreensão bastante equivocada do que seria ideologia, considerando-a como uma espécie de fenômeno pretensamente antagônico à neutralidade científica. Em uma definição simples, pode-se compreender ideologia como “visão social do mundo” (LÖWY, 1994, p. 12). Esse conceito de ideologia “circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado” (LÖWY, 1994, p. 13). Essa visão do mundo se refere a um conjunto relativamente coerente de ideias acerca do homem, da sociedade, da história, ligadas aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais. Neste caso, por mais que se pretendam objetivos e neutros, as próprias posições tanto dos militares como do Escola Sem Partido são ideológicas, assim como a visão de qualquer pessoa diante de qualquer fenômeno social.

Como proposta para sanar esse suposto problema na educação, o Escola Sem Partido propõe o cerceamento da liberdade dos professores em sala de aula, podendo inclusive lavá-los à prisão, caso seja provado que tenham realizado “doutrinação”. Essa proposta em grande medida parece ser eco das elaborações militares, quando Maya Pedrosa afirma que “a manutenção da liberdade é pressuposto básico, desde que se mostre ao jovem estudante todas as versões e entendimentos sobre história, evitando-se a prevalência ou o monopólio da opinião” (PEDROSA, 2008, p. 328). Nesse sentido, segundo Maya Pedrosa, não “se deve proibir este ou aquele autor, professor ou corrente de pensamento, mas evitar a prevalência ou deixar sem debate qualquer ideologia que agrida as inclinações do povo brasileiro, seu regime e suas conquistas políticas” (PEDROSA, 2008, p. 23). Portanto, embora nada seja proibido, não se pode apresentar conhecimentos científicos que mostrem as contradições do capitalismo e como as relações de produção tornam insuportável a vida dos trabalhadores. Para os militares e para os membros do Escola Sem Partido,

tudo o que se refere a questionamentos de ordem política ou comportamental deve ser sistematicamente ceifado, extirpado, incluindo-se aí as contestações dos diversos movimentos sociais, os métodos educacionais construídos a partir de perspectivas dialógicas e as múltiplas orientações políticas de cunho progressista (FRANCO, 2017, p. 234).

Essas duas manifestações de conservadorismo podem ser consideradas produto da limitada transição de regime político no final da ditadura. Os militares se sentem confortáveis em difundir suas ideias, afinal seus crimes nunca foram investigados a fundo, revelados em sua totalidade, amplamente difundidos para a sociedade ou mesmo punidos. Além disso, na limitada transição à democracia pela qual passou o Brasil, os militares e civis que foram governo durante a ditadura mantiveram seus postos. Com isso, a governabilidade da República sempre esteve atrelada ao apoio de notórias figuras da ditadura, como Bornhausen, Maluf, Sarney, entre outros (SILVA, 2018).

O projeto de lei do Escola Sem Partido, discutido acima, que estava em tramitação no Senado, acabou por ser arquivado, pois, no entender do relator Cristovam Buarque, o programa contrariava a Constituição. Em paralelo, tramitava no Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7180/2014, que propunha alteração na LDB, incluído entre os princípios do ensino “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. O projeto de lei acabou sendo arquivado, pois não teve seu relatório votado na última legislatura. Ademais, em diversas câmaras municipais e assembleias legislativas em todo o país versões do projeto continuam a tramitar, sendo inclusive aprovados em algumas localidades, a despeito de pareceres negativos dos mais diversos órgãos, como a Procuradoria Geral da República.

Seria possível pensar esses discursos militares e sua expressão no movimento Escola Sem Partido como uma reação aos movimentos de memória da ditadura que ganharam força nos últimos anos, materializado no trabalho das numerosas comissões da verdade instituídas pelo país. Esses espaços de discussão e investigação, que reúnem uma diversidade de setores da sociedade, colocaram em perigo a “anistia para os dois lados”, que permitiu aos militares não responderem pelos crimes cometidos durante a ditadura iniciada em 1964. Portanto, ao buscar tolher a livre circulação de informações e o debate em sala de aula, os defensores da mordaza nas escolas estão buscando preservar a normalidade construída depois do final da ditadura, defendendo um falso consenso do qual a maior parte da sociedade não participou, apontando para a necessidade de manter os antagonismos e a exploração na sociedade.

Referências

- CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In: FICO, Carlos et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2008.
- DEMIER, Felipe Abranches. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. In: Felipe Demier; Rejane Hoeveler. (Org.). **A Onda Conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Do arco-íris à monocromia: o Movimento Escola Sem Partido e as razões ao debate sobre gênero nas escolas. In: MACHADO, André Roberto & TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Org.). **Golpes na História e na Escola**. São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola Sem Partido. In: **Escola "Sem" Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP-UERJ, 2017.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola Sem Partido: imposição da lei da mordaza aos professores. **e-Mosaicos**, v. 05, 2016.
- GADOTTI, Moacir. A escola cidadã frente à “Escola Sem Partido”. In: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 5ª ed. São. Paulo: Cortez, 1994.
- MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, t. 1.
- MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006, t. 5.
- PEDROSA, José Fernando de Maya. **O revisionismo histórico brasileiro: uma proposta para discussão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.
- PENNA, Fernando de Araújo. “Escola Sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, André Roberto & TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Org.). **Golpes na História e na Escola**. São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017.
- PENNA, Fernando de Araújo. O ódio aos professores. In: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- RAMOS, Marise Nogueira. Escola Sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: **Escola "Sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP-UERJ, 2017.
- SILVA, Michel Goulart da. Os militares brasileiros e a “grande mentira”. In: Fernando Ponte de Sousa e Michel Goulart da Silva. (Org.). **Ditadura, repressão e conservadorismo**. Florianópolis: Em Debate / UFSC, 2011.
- SILVA, Michel Goulart da. **Os riscos da democracia: da “transição lenta e gradual” à “onda conservadora”**. Relatório de Pós-Doutorado. UDESC, 2018.

Notas:

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutor no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8260725539562633>. Instituto Federal Catarinense – IF. Email: michelgsilva@yahoo.com.br

² Maya Pedrosa foi membro da Missão Militar Brasileira de Instrução, no Paraguai, durante dois anos, oficial de gabinete do Ministro do Exército, comandante do 19º Batalhão de Caçadores, em Salvador, membro da Associação Alagoana de Imprensa, sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.